

Prazo favorece os governadores

Empresários e governadores que tiveram o sigilo bancário, fiscal e telefônico quebrado pela CPI do Orçamento poderão ser dispensados dos esclarecimento em plenário. Eles deverão falar às subcomissões. A mudança pode ser feita em razão da falta de tempo. A apenas 27 dias para o término dos trabalhos da CPI, que devem ser concluídos em 45 dias, 40 pessoas ainda precisam ser ouvidas.

Até agora a CPI só ouviu sete pessoas, entre elas o denunciante José Carlos Alves dos Santos e o deputado João Alves (PPR-BA), principal suspeito de chefiar a equipe que usava o Orçamento para enriquecer. Magalhães considera muito pequeno o prazo para o término da CPI, mas tentará concluir o relatório em 27 dias.

Para isto, só vai considerar a notícia da revista **Veja**, que motivou a instalação da CPI, e as declarações de José Carlos Alves dos Santos, no depoimento do dia 19.